

ESTE LIVRO NÃO PODE
SAIR DA BIBLIOTECA

8,5

J. C. da Silva

fls. 01
10/13

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CAMPUS V - CAJAZEIRAS - PB.

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL

ASSUNTO: MONOGRAFIA.

TÍTULO: EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL: UM ESTUDO DE CASO: ESCOLA ESTADUAL
DE 1º GRAU ENGENHEIRO ÁVIDOS - PB.

ALUNA: Maria Cesar Couras.

PROFESSOR: José Clementino da Silva.

Cajazeiras, 18 de Fevereiro de 1993.

fls 02
010

Í N D I C E

I - Título.....	
II - Evolução Histórica de Engenheiro Ávidos.....	01
III - Levantamento da realidade da Escola Estadual de 1º Grau de Engenheiro Ávidos.....	05
IV - A Questão da Educação Rural.....	06
V - Explicitando Hipóteses.....	09
VI - Abrangência da área de pesquisa	14
VII - Metodologia	15
VIII- Bibliografia.....	17

fls 03
2100

EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL: UM ESTUDO DE CASO: ESCOLA ESTADUAL
DE 1º GRAU ENGENHEIRO ÁVIDOS - PB.

O primeiro nome dado ao distrito de Engenheiro Ávidos foi sítio Malhada Grande. No Ano de 1909, Malhada Grande possuía apenas quatro casas residenciais. Sendo um dos moradores o Sr. José Couras, um dos proprietários de grande extensões de terras nesta localidade. Visando acabar com os horrores causados pelo seca e percebendo-se a falta de reservatórios de água nesta região, bem como a existência de condições naturais no local a IFCCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas) iniciou estudos através de inspeções.

Segundo o historiador Deusdedit Leitão, a grande estiagem de 1915 despertou o interesse da população de São José de Piranhas, para uma solução definitiva do grave problema da seca desta Região. O prefeito Professor Sabino Nogueira de Vasconcelos, apoiado pelos membros do conselho Municipal, dirigiu veemente apelo ao Presidente da República para que a obra do açude fosse iniciada. Seria uma das soluções para acabar com o flagelo.

Não houve providências e o fenômeno se repetiu em 1919, quando outra seca assolou o Nordeste. Diante de mais uma situação aflitiva, várias senhoras da sociedade piranhense dirigiram-se através de abaixo-assinado, à primeira Dama do País, D. Mary Sayão Pessoa, esposa do Presidente Epitácio Pessoa, paraibano, pedindo encarecidamente e em caráter de urgência, sua intercessão junto a seu marido, no sentido de dar início à já citada Obra, como forma salvadora daquela situação angustiante.

A Seca sempre foi um problema climático que atinge todo nordeste. Por essa razão, aquele presidente determinou à Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, tomar as necessárias providências, dando início aos trabalhos de Construção de grandes açudes em toda a região afetada pela seca, entre os quais figurava o açude de Boqueirão de Piranhas. Para isto, aquele órgão do governo Federal contratou a obra com a firma construtora Americana Dawght P. Robinsan e Co. cujos trabalhos somente tiveram início no dia 1º de

Julho de 1921, quando a seca já tinha acabado. Mesmo assim, a construção teve início, com muito entusiasmo, chegando a merecer elogios de José Américo de Almeida.

Em 1925, o Presidente da República Arthur Bernardes, ao assumir o governo, determinou a suspensão de todas as obras de construção de açudes, em andamento no Nordeste, iniciadas por seu antecessor. Esta providência, atingiu também a construção do açude de Boqueirão de Piranhas, frustrando, assim, a antiga e justa aspiração do povo da região.

São frequentes, nos governos, ao iniciarem a gestão, medidas tão absurdas. Geralmente, os interesses políticos falam mais alto do que os interesses da própria Nação. Os governantes se omitem ou ficam indiferentes ao montante que o Brasil fica obrigado a pagar pelos prejuízos causados com a paralisação de obras de grande vulto. Para se ter uma idéia, eram vários os açudes em construção no Nordeste, circundando quase na totalidade definida na classificação regionalista de Polígono das secas.

Para dar início a estas obras, o Governo teve que investir muito dinheiro em estudos técnicos, inclusive na escolha de locais apropriados. Comprou, no exterior, todo maquinário necessário tais como: Usinas de força e luz, grande quantidade de tratores com enchedeiras, compressores com rolos pesados, inúmeros caminhões com caçmbas, peças de reposição e até cimento que era comprado em Portugal e transportado para o Brasil, em barrica-embalagem de madeira). Tudo isto ficou parcialmente desativado e, conseqüentemente, abandonado, exposto aos efeitos do sol e da chuva, durante vários anos.

Também não se pode avaliar os custos das indenizações contratuais exigidas pelas firmas construtoras que, na sua maioria, eram estrangeiras, sem se falar dos problemas sociais causados com o desemprego.

Estas medidas desastrosas tomadas por mero capricho político, tanto na esfera federal como na estadual, representam flagrante desrespeito à Nação, além de influir diretamente na sacrifício da economia nordestina, repercutindo negativamente no progresso da Região. Isto vem de longe e é de conhecimento geral. Os exemplos

estão ao alcance de todos os brasileiros. Para se obter provas de tudo isto, não é preciso mergulha-se fundo no passado. Basta se fazer uma pequena retrospectiva e acompanhar o presente, cheio de contraditórias realizações.

De 1931 a 1933, tivemos a maior seca registrada no nordeste, neste século. Praticamente não choveu no decorrer destes três anos. A fome, mais uma vez, forçou a quase totalidade da Região Nordeste a decretar estado de calamidade pública. Novos apelos foram dirigidos, de forma dramática, às autoridades competentes.

O Presidente da República, Getúlio Vargas, determinou no período de 1930 à 1945, ao paraibano José Américo de Almeida, Ministro de Viação e Obras Públicas, reativar e reiniciar, com urgência todas as obras de açudes interrompidas no governo do ex-Presidente Arthur Bernardes. Esta decisão marcou o reinício das obras do açude de Boqueirão, ocorrido no dia 20 de Junho de 1932.

A notícia foi recebida com euforia e espalhou-se rapidamente. Milhares de pessoas necessitadas, inclusive dos Estados de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, afluiram ao local, na esperança de conseguir a sobrevivência da família.

A multidão aqui formada, em pouco tempo, dava a impressão de campo de concentração de país em guerra. Não havia estrutura básica para acomodar tanta gente. Faltavam, principalmente, gêneros alimentícios, água potável e remédios.

A fome e a promiscuidade logo provocaram um foco de epidemia de vários tipos de doenças contagiosas que se propagaram rapidamente por toda a Região, matando indiscriminadamente. No cemitério improvisado, eram cavadas valas comuns, para o sepultamento diário de dezenas de mortos.

A direção da obra determinou de imediato, a construção de um hospital equipado com leitos, enfermeiras, ambulatórios e remédios, para o atendimento das vítimas da epidemia. Médicos e enfermeiros foram convidados e contratados para formar a equipe de trabalho deste hospital. Consta que o renomado Dr: Chico Carneiro foi um dos seus diretores e que, juntamente com Romeu Menandro Cruz, curou muitos enfermos e salvou muitas vidas.

Segundo o historiador, Deusdedit Leitão, a direção dos trabalhos do Açude de Boqueirão de Piranhas foi confiada a Lauro Melo de Andrade que foi auxiliado por gentil Ferreira, Hugo Sobral e Moacyr Monteiro Ávidos, todos engenheiros da Inspeção Federal de Obras Contra as secas.

Moacyr Monteiro Ávidos faleceu a 12 de dezembro do mesmo ano 1932, vitimado pela epidemia tifo-desintérica, sendo substituído pelo engenheiro Silvio Aderne. Este assumiu a direção da construção da Obra até seu final.

Na ocasião de sua inauguração, que se deu em 30 de Setembro de 1937, a Direção da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas o homenageou, dando seu nome (Engenheiro Ávidos) ao açude e ao acampamento.

Engenheiro Ávidos Limita-se:

Ao Norte - Com a BR-230;

Ao Sul - partindo da barragem do açude público de Engenheiro Ávidos, na direção oeste até o Sítio Mirandas; e da mesma barragem na direção leste até alcançar o município de Nazarezi-

nho; Ao Leste - com os limites do Município de Nazare-

nho; Ao Oeste, partindo da ponte sobre o Rio Santo Antônio, localizado na BR-230, seguindo daí pelo Rio Angelin até alcançar o Sítio Miranda.

Assim nasceu o Hoje distrito de Engenheiro Ávidos que faz parte do município de Cajazeiras no Oeste do Estado da Paraíba.

fls. 08
CMB

V-

1. Levantamento da realidade da Escola Estadual de 1º Grau Engenheiro Ávidos.

Como funcionária da Escola Estadual de 1º Grau Engenheiro Ávidos, senti necessidade de fazer um estudo dos problemas existentes na referida escola. Discutindo com o corpo docente chegamos a uma conclusão que, os nossos representantes não estão preocupados com educação, esta educação que está aí, defende enquanto sistema, a classe que está no poder, por isso podemos dizer que a educação serve para defender os interesses da burguesia.

Entrevistando o corpo docente da escola, eu perguntei: Qual a necessidade da Escola para eles, no distrito de Engenheiro Ávidos ?

Responderam-me, que em primeiro lugar, a necessidade maior seria pelo menos alfabetizar as crianças, para que, não aumentasse tanto o número de leigos no distrito.

Em seguida indaguei: Qual o papel da Escola ?

Para eles, o papel da escola seria instruir o indivíduo em todos os níveis-intelectual, cultural, moral, espiritual. Mas não consegue, porque os governos atuais não tem compromisso com a educação. Como percebemos, as deficiências da educação no nosso país são generalizadas, porque os professores são mal remunerados, falta material didático, material humano para nos orientar nos planos de curso, mas dúvidas do dia-a-dia. Ficamos neste distrito, apenas orientados por um diretor que não tem condições para nos tirar todas as dúvidas surgidas durante o ano letivo.

Perguntei: Como é a vida dos pais dos alunos e como a comunidade participa no desenvolvimento escolar ?

Disseram-me que a Comunidade participa apenas comparecendo as reuniões anuais da escola, porque a maioria dos pais são analfabetos, carentes e trabalhadores braçais. Existem alunos que os pais tiram da escola para ajudá-los a manter a família, através do trabalho de pesca e até mesmo no serviço de roças.

VII-

Disseram-me que devido as precárias condições sociais que os alunos apresentam, o conteúdo que é exposto em sala de aula, não é captado pela maioria dos alunos, geralmente estas crianças mal alimentadas, vem também de lares desajustados, devido uma série de fatores dentre os quais a fome e a miséria.

Concordo, quando afirma, o professor Eduardo Portella, em declaração feita em 21 de Janeiro de 1979, que "se não houver uma medida radical para transformarr todo o sistema de ensino, dentro de dez anos todos nós nos constituiremos numa interminável população do MOBREAL". Segundo Portella, "lamentavelmente, a mobralização do ensino e a comercialização da cultura têm sido, entretanto, não só toleradas, como até estimuladas em muitas áreas de decisão do governo. Ele também afirma que, "estamos ainda distantes, da capacidade de universalizar o 1º grau". E isto é uma verdade porque a maioria dos adolescentes não chega a concluir nem se quer a 1ª fase do 1º grau. Outros quando conseguem, não podem entrar na universidade, uns por conta da situação financeira e outros pela falta de capacidade ou seja pela defasagem do ensino no 1º e 2º graus. E quem é o culpado por tudo isso? Não temos uma resposta concreta: Os professores do 2º grau, culpam os do 1º grau, o do 3º grau culpam os do 2º, os profissionais Liberais culpam os da universidade, e não sabendo de que é a culpa, terminam jogando para o sistema. Que realmente é culpado por tudo isso. Como diz Portella, a deterioração da educação é consequência dessa política orientada pela tecnoburocracia a serviço do estado burguês, que não quer investir em qualidade, já que o lucro - a sua finalidade - provém da quantidade e não da qualidade. Ele transformou a educação em mercadoria, sujeita à lei do capital, da oferta e da procura, como uma mercadoria qualquer.

Incentivou a privatização do ensino e da cultura porque não interessa ao capital investir em educação através do Estado, visto que pode utilizar os eventuais recursos destinados à educação para empreendimentos de retorno mais imediato.

A Questão da Educação Rural

A educação rural brasileira tem sido tratada desde a sua implantação como o mais absoluto descaso pelas autoridades. Os professores incapacitados, os programas inadequados, de forma tal que propósitos não lhes faltam, porém os meios para os fins determinados ficam cada vez mais distantes, continuando assim a profunda contradição da oitava economia do mundo com um meio rural absolutamente ignorante no campo intelectual.

É óbvio, para ajudar manter o "estatus que" da elite, é necessário que a maioria da população brasileira, continue alheia, desconhecendo seus direitos, cumprindo apenas seus deveres.

O sistema oficial continua investindo maciçamente, o pouco que tem, na educação da zona urbana, negligenciando a educação rural, não obstante o exodo violento que vem diariamente inchando as cidades, provocando uma verdadeira desarrumação na organização social.

O Desenvolvimento econômico, tecnológico e social que o Brasil tem experimentado nas últimas décadas tem sido distribuído de forma errônea, beneficiando apenas alguns setores da sociedade, quando deveria ser o caminho da integração social.

A questão central de nosso estudo é saber, porquê a escola rural é tão desassistida, tão desnordeada e tão negligenciada ?

Além da falta de compromisso, por parte dos governantes com a escola rural, não há diálogo com os membros que fazem a educação, ficando a estrutura da escola, completamente alienada, sem se pensar nas difíceis condições de funcionamento.

As deficiências da escola rural e tantas outras do sistema como um todo, é resultante da ausência de democracia do diálogo e da liberdade que impedem a consciência crítica e analítica do nosso povo, retardando assim os projetos de renovação educacional.

Uma outra questão explicativa que se coloca para o problema anteriormente citado é quanto a ausência motora do nosso sistema educacional, no caso, a questão de classe que norteia todas as direções da educação oficial brasileira. Ela está para o sistema, para a sua reprodução e não para a liberdade do homem.

A interpretação da extensão rural, como meio de educar o público, comete falhas profundas quando não leva em consideração questões prioritárias tais como, reformas econômicas, sociais e políticas que permitam sua implementação plena.

O nosso objetivo central nesta pesquisa é em primeiro lugar, fazer uma avaliação crítica sob o ponto de vista da educação do meio rural e por meio dela despertar algum interesse no meio acadêmico sobre o assunto, e em segundo lugar formular algumas hipóteses que respondam ou se aproximem de algumas questões como:

- a- É possível o Brasil se desenvolver de forma integral sem grandes investimentos na educação rural ?
- b- Programas governamentais de detenção de êxodo rural podem ser eficientes sem priorizar o campo ?
- c- Será que se pode fixar o homem à terra com essa estrutura vigente?

IX-

d- Até que ponto a Democracia influi na organização da produção familiar camponesa ?

e- Como esse modelo econômico e social brasileiro dificulta a prática da educação no meio rural ?

V. Explicitando hipóteses

Como já foi esclarecido anteriormente nossa pesquisa se detém no fato da existência de um meio rural por demais atrasado em sua educação. Citaremos algumas comprovações embora não possuam divergências profundas; entre elas:

- 1- a ausência de Democracia e diálogo;
- 2- a questão de classe como propulsora da educação;
- 3- a assistência técnica como proposta de desenvolvimento da vida rural.

Para "FREIRE, Paulo. Educação como Prática da liberdade, Paz e Terra, 18ª Ed., Rio de Janeiro, 1987", esses problemas crônicos da Educação brasileira e fundamentalmente da educação rural é decorrente da falta de democracia reinante em nosso País, a falta do diálogo e da boa convivência dos setores sociais formadores do conjunto da sociedade. Segundo Freire, educação é acima de tudo Democracia e Diálogo. Através da democracia o povo conquista o espaço necessário para as grandes discussões políticas nacionais e através da sua ação prática provoca mudanças substanciais no modelo econômico e dessa forma traça um modelo educacional que não obrigue o ingresso das crianças em idade escolar no processo produtivo; que o ingresso da criança na escola não seja tardio; que evite o fenômeno migratório, que coordene com coerência o ano letivo e o período de maior trabalho no campo; que o currículo escolar seja adequado a realidade do trabalhador rural e do seu filho; que o professor tenha a devida qualificação.

"Arraio, Miguel. Da Escola Carente a Escola Possível. Ed. Loyola, São Paulo, 1986" vê como grande entrave à educação libertadora a questão de classe que se encontra inserida em nossa educação. Ela está para o sistema como o oxigênio para a vida, reproduzindo em sua prática diária os extratos sociais em suas devidas proporções retirando qualquer possibilidade de asensão social por meio da escola. Através do seu processo de seleção ela determina no seu cotidiano quem deve ser o operário e o superintendente, o dominado e o dominador.

Essa prática elitista de continuismo da divisão social tem mantido o pai afastado da escola, o professor desinformado e mau remunerado e a escola completamente desassistida, transformando a escola numa coisa à parte da comunidade, mantendo um isolamento, um distanciamento para que o povo não perceba a grande armadilha que se monta ali em cada minuto de aula para manter a sociedade enclausurada em sua miséria. A burguesia em nenhum momento e em nenhum lugar fez concessões educacionais e continuará não fazendo.

Maria Tereza Nidelcoff em sua "uma escola para o pvo" coloca na ordem do dia um questionamento grave e polêmico na nossa educação principalmente a rural. É a chamada Evasão Escolar. Segundo Tereza, na verdade a evasão escolar não existe, o que se registra na escola é a expulsão. Para ela, evasão seria a rejeição por parte do aluno de uma verdadeira oportunidade de progresso social oferecida pela escola, porém a realidade é oposta, de cada 100 crianças que conseguem entrar na 1ª série da escola rural nordestina apenas 09 chegam a 4ª série, por absoluta falta de condições da escola e pelo seu isolamento com o mundo. A essa expulsão escolar atribui-se a ausência completa de uma infraestrutura adequada da escola, a falta de capacitação profissional dos educadores, a miséria social em que vive o alunado e que é tratada com indiferença na

XI-

escola, e a universalização dos conteúdos escolares como se todos os alunos do país fossem iguais.

Uma segunda questão ventilada por NIDELCOFF, Maria Tereza. Uma Escola para o Povo, 27ª Ed. Ed. Brasiliense, São Paulo 1978, uma segunda questão ventilada por Tereza e que esta decorre pela má qualificação profissional é a divisão do professor em professor povo e professor oficial, este último tem a função de reprodução de sistema a partir do instante em que não o questiona e nem o discente, apenas vomita para os alunos os poucos conhecimentos acadêmicos ou reproduzindo feito papagaio os conteúdos livrescos, como se o aluno fosse uma máquina programada, enquanto que primeiro tem a educação como um mecanismo para a prática de liberdade através do diálogo, da discursão e do questionamento sobre a realidade e o meio que envolve a escola fazendo a integração- Escola X Comunidade.

A educação no meio rural não se dá isoladamente mas como parte do desenvolvimento global.

A educação escolar e a assistência técnica no meio rural, em sua concepção original, se propunha não apenas como mecanismo da política agrícola e econômica, mas como meio de evolução histórica da sociedade brasileira.

O primeiro erro da política organizativa da assistência técnica governamental foi a criação de órgãos destinados a grandes produtores, com a IAA, (INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL) que teve grandes custos financeiros e curtíssimo alcance social, ou nenhum. Quanto a parte da compreensão da realidade, o maior erro foi idealizar a comunidade rural como homogênea, inteira, sem conflitos. Dessa concepção se elaborou um patamar igualitário de ação para grandes fazendeiros, minifundiários e trabalhadores agrícolas, provocando aí um afunilamento com consequências graves, expurgando os menores do programa.

O grande entrave do programa de assistência técnica foi a ilusão de se desenvolver um programa dessa natureza sem algumas pré-condições básicas como: reforma agrária e poderes constituídos comprometidos e com programas específicos para o meio rural. A pequena propriedade é muito mais um meio de absorção de mão-de-obra de que uma produtora em potencial, e isso os idealizadores do programa não observaram.

Os programas educacionais continuam tendo como prioridade a zona urbana e quando aplicadas na zona rural funcionam muito mais como uma agência urbanizadora, mantendo até hoje a inferioridade educacional rural até mesmo por sua estrutura, visto que a maioria trabalha apenas com a primeira fase do primeiro grau, não o bastante a legislação existente que vem evoluindo desde 1930, em letras mortas, assegurando hoje o direito a cada cidadão o ensino público e gratuito e de boa qualidade.

As consequências da política oficial de ensino são drásticas. Capitalismo selvagem com base na burguesia e no latifúndio impede ou dificulta qualquer tentativa de se diminuir as desigualdades sociais, mantendo a população rural no estágio da Idade Média. Mas o grande problema ainda reinante é a requisição da criança de forma precoce para o trabalho na roça, pois a família funciona como uma unidade produtora para sua subsistência, e isso é prioridade, que muitas vezes leva a criança a abandonar a escola.

No terceiro mundo ainda reina a tese de que é possível se desenvolver sem grandes investimentos na vida rural, o que só tem acirrado as desigualdades sociais para alimentar o capital internacional através da cultura de exportação.

Como podemos observar, todas as hipóteses partem do princípio de que o modelo econômico nacional, capitalista dependente, e exportador inviabiliza toda e qualquer tentativa de se humanizar as relações sociais através de projetos

educacionais, e mais ainda, impede que o campo se ponha em pé de igualdade com a cidade, hipertrofiando os setores exportadores e negligenciando os setores de subsistência.

Nós estamos mergulhando num sistema educacional de concepções e características universais, como se o Brasil fosse absolutamente homogêneo, e a partir daí, todos são iguais e quem não chega lá é por pura incapacidade. Ora, nós somos conscientes de que esta teoria é fruto de uma estrutura social e econômica atrelada aos ditames do capital Internacional, que maquia as nossas diferenças com a falsa política da igualdade.

Aqui nós nos deparamos com a causa e a consequência. De que forma essa estrutura esfacela a educação no meio Rural ?

Vejamos o capital estrangeiro, que nos dita as regras está interessado apenas em alguns setores do meio rural, como por exemplo, nos implementos agrícolas, numa produção que resulte mais-valia, na agropecuária, enfim investindo em culturas para exportação. Nestes ele investe o máximo tendo em vista a produção, em detrimento do restante que se vê obrigado a inchar as cidades formando o exército de reserva, ou as duras penas, manter-se na unidade produtora familiar.

O Brasil precisa de reforma Agrária já! Porque existem mais de 40 milhões de hectares de terras improdutivas e a concentração da terra está nas mãos de poucos, privando a massa de trabalhadores de seu meio de vida e expulsando posseiros fixados na terra há muitas gerações.

A forma com que se faz política nesse país, através do clientelismo, castra a participação dos que possuem reais interesses em implementar um programa educacional sério, onde permita o homem produzir sua própria cultura.

Toda essa problemática faz parte do engenho do sistema, permitindo que existam alguns Brasís, e entre eles o do campo preso ao passado através da miséria.

5-Abrangência da área de pesquisa:

A zona de Cajazeiras, e mais especificamente o Distrito de Engenheiro Ávidos, que é o caso em estudo, é uma região essencialmente agrícola, embora semi-árida, marcada pela presença do minifúndio sem qualquer projeto racional de exploração, completamente atrasada no tempo, pois ainda usa as mesmas técnicas medievais no cultivo da terra, sem mais nenhuma produção estritamente comercial, como era o caso do algodão, com uma produção familiar por demais esfacelada por conta do êxodo para São Paulo, com a população sem nenhuma perspectiva de ascensão na vida social pois a grande maioria não consegue sequer a produção necessária para a sua subsistência, e tudo isso por conta de um sistema econômico e político marcado pela dominação e opressão sobre as camadas deserdadas.

Os Governos Federal, Estadual e Municipal, não têm realizado nenhum investimento de largo alcance social na área de Engenheiro Ávidos, entregando o seu povo à sua própria sorte, deixando-os assim com poucas oportunidades ou nenhuma de sobrevivência, tendo em vista que na área inexistente um mercado de trabalho que satisfaça as reais necessidades da população, o único trabalho, que aparece temporariamente é o braçal, na roça que não corresponde em valores reais a metade do salário mínimo.

A gravidade maior desse povo abandonado é que se trata em sua maioria de pais de família, que têm sobre si a grande responsabilidade de arcar com a manutenção desta, e uma vez não conseguindo coloca em xeque toda a vida futura de sua família sob todos os ângulos.

XV-

Os Governos tem se limitado a prestar assistência alimentícia parcial nos períodos de estiagem retendo dessa forma na região a mão-de-obra barata necessária à produção agrícola na região e a manutenção dos votos para as eleições futuras.

Porém o que mais me estarrece no Distrito de Engenheiro Avidos é o crime organizado e programado cometidos pelos governos acima citados com uma mina de ouro que aqui existe. Falo do Açude de Boqueirão, que possui proporções gigantescas em seu espelho d'água, que poderia proporcionar uma produção diversificada, fabulosa para a comunidade, e que no entanto suas águas possuem apenas três funções: a primeira abastecer Cajazeiras, a segunda correr para o oceano e a terceira se evaporar.

6- Metodologia

O trabalho que ora apresento desenvolveu-se no município de Cajazeiras, e mais especificamente no distrito de Engenheiro Avidos, tem como objetivo de estudo a deficiência da Escola Rural no processo ensino-aprendizagem.

A pesquisa que desenvolvi na área em estudo possui além do caráter histórico global do Ensino Rural, as especificidades regionais, que tem atribuído um recrudescimento maior às relações de ensino na área em discussão.

A questão central que busco desenvolver durante o decorrer deste trabalho se prende a baixíssima qualidade da educação desenvolvida no meio rural, que segundo nossa hipótese tem como causa fundamental o modelo econômico, social e político vigente em nosso País.

I-

Para desenvolver essa questão a área que tomo como estudo de caso, será a Escola Estadual de 1º grau Engenheiro Vidos, que se constitui numa demonstração aproximada da realidade como um todo.

O que se quer demonstrar é que as relações de produção em voga no Brasil tem estrangulado a educação nacional e com especialidade a rural. Neste sentido, julgo que os procedimentos metodológicos mais adequados teriam que passar por um levantamento quantitativo o mais completo possível do número de participantes da Escola em estudo. Levantado este universo da pesquisa nessa perspectiva quantitativa, objetivando com isso ter em mãos uma mostragem bastante significativa, proceder-se-ia em seguida a coleta de dados qualitativos. Neste particular, tratar-se-ia de reconstituir a trajetória de vida de alguns participantes cujos depoimentos fossem mais ricos possíveis, sobretudo a compreensão que possui sobre a educação na comunidade.

As técnicas e instrumentos de pesquisa para a coleta dos dados, se viabilizariam nos questionários, entrevistas, avaliação incólun das condições de vida das pessoas avaliadas como também a avaliação do histórico escolar do educando e do educador. Secundariamente teríamos entrevistas com autoridades educacionais do município e o material teórico que trata da questão localizada a fim de que nos possibilite uma melhor compreensão da realidade em estudo.

BIBLIOGRAFIA

- 1- ABRAMO, Perseu. Pesquisa em Ciências Sociais. (Mimiografado)
- 2- ARROYO, Miguel G. Da Escola Carente a Escola Possível: Coleção Educação Popular. Edições Loyola, S. Paulo, 1986
- 3- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é o Método Paulo Freire: Coleção Primeiros Passos: 15ª Edição, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1989.
- 4- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação: Coleção Primeiros Passos. 24ª Edição, Ed. Brasiliense, São Paulo 1989.
- 5- FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. 18ª Edição, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983.
- 6- MALASSIS, Louis. Educação e Desenvolvimento Rural. (Mimiografado).
- 7- NIDELCOFF, Maria Teresa. Uma Escola para o Povo. 27ª Edição. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1978.
- 8- SÉVERINO, Antônio Joaquim, Metodologia de trabalho Científico: Coleção Educação Contemporânea. 14ª Edição. Ed. Cortez Autores Associados São Paulo, 1979.
- 9- WREN, Brian. Educação para a Justiça: Coleção Paulo Freire, Ed. Loyola, São Paulo, 1979.
- 10- Oliveira, Pedro Lins de, Fragmentos de História, Vida e Ação de Romeu Menandro Cruz, 1ª Ed. João Pessoa-Pb. 1991.

BIBLIOGRAFIA

- 11- MEMIOGRAFADO do Curso de Especialização em Ensino de Geo-
ciências no nível superior, Plano Geral do Curso, 1986
Campinas - São Paulo.